

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 17 de agosto de 2022**

Aos dezassete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco: - O Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Ana Genoveva da Silva Araújo, Isménia Maria Gomes Loureiro e António Manuel da Cunha Martins -----

Por determinação do senhor Presidente secretariou esta reunião o senhor Avelino José Antunes Soares, adjunto da presidência. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ----

No início desta reunião o senhor Presidente colocou as atas dos dias 13 (treze) e 27 (vinte e sete) de julho à consideração dos senhores vereadores, não se tendo verificado qualquer reparo às mesmas. Submetidas a votação, estas atas foram aprovadas por **unanimidade**.-----

Seguidamente e antes da “Ordem do Dia”, o senhor Presidente deu conhecimento aos senhores vereadores das operações orçamentais e das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal.-----

Estando presentes nesta reunião os técnicos da empresa Agenda Urbana, Eng.º Álvaro Santos e Eng.º Miguel Teixeira que, conjuntamente com a senhora Dra. Liliana Machado, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, e a Dr.ª Benvinda Cosme, Técnica Superior do Serviço de Ação Social, elaboraram a Estratégia Local de Habitação (ELH) para o Município de Terras de Bouro, o senhor Presidente solicitou que fosse apresentado ao Executivo o trabalho realizado.-----

Antes, porém, o senhor Presidente agradeceu a presença dos dois técnicos e particularmente ao senhor Eng.º Álvaro Santos que, estando de férias, se dispôs e deslocou a Terras de Bouro para prestar este serviço.-----

Igualmente, referiu que “este trabalho não está fechado. Hoje é apresentado ao Executivo Camarário, que o avaliará até à próxima reunião, onde será reapreciado e posto a votação, transitando depois para a Assembleia Municipal, a ser realizada no mês de setembro.-----

Concluído este processo, a ELH será submetida à apreciação do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), para que seja aprovada”.-----

O senhor Presidente considerou esta data histórica, pois, afirmou, “se chegarmos a acordo com o Governo, muita gente poderá ser ajudada a ter uma habitação condigna. Isto motiva-me e orgulha-me.” -----

Passou, depois, a palavra ao senhor Eng.º Álvaro Santos, que iniciou a sua intervenção agradecendo ao senhor Presidente as palavras que lhe dirigiu e corroborando que “este é um momento histórico”, pois “nos próximos anos Terras de Bouro não vai ter acesso a tantos milhões. Mas ainda há muito trabalho a fazer para levar este projeto por diante. Isto terá um grande impacto local e interesse para as pessoas”.-----

Depois destas considerações e antes de iniciar a apresentação do documento, o senhor Eng.º quis realçar que “só com o contributo e cooperação do Município de Terras de

Bouro e, particularmente, das senhoras Dr.^a Liliana e Dr.^a Benvinda, é que nós conseguimos elaborar este documento”. Na verdade, disse o senhor Eng.^o, “excederam, neste trabalho, a ajuda, relativamente a outros municípios de maior grandeza”. -----

Prosseguindo, esclareceu que este documento foi dividido em cinco partes (1- Enquadramento legislativo, objetivos do trabalho e aspetos metodológicos; 2- Diagnóstico e Caracterização da Situação Habitacional do Concelho de Terras de Bouro; 3- Definição Estratégica de Objetivos e Medidas a desenvolver em termos do Setor Habitacional do Concelho de Terras de Bouro; 4- Identificação dos Instrumentos de Política de Habitação e análise das condições da sua aplicação no Município de Terras de Bouro e 5- Estruturação de uma candidatura do Município de Terras de Bouro ao 1º Direito-Programa de Apoio ao Acesso à Habitação) e que, “depois de aprovado pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), terá que ser materializado até 30 (trinta) de junho de 2026, ou seja, nos próximos 4 (quatro) anos, para alcançar a participação máxima a fundo perdido de 100% (cem por cento)”-----

Continuando, o senhor Eng.^o Álvaro Santos, apresentou, de forma sucinta, a Estratégia Local de Habitação para o Município de Terras de Bouro, conforme documento que se anexa a esta ata e que dela faz parte integrante. Realçou que este projeto pretende responder às necessidades habitacionais de 688 (seiscentos e oitenta e oito) famílias, correspondendo a um universo de 1682 (mil seiscentas e oitenta e duas) pessoas, o que é muito significativo.-----

A Estratégia Local de Habitação para Terras de Bouro (ELH) prevê que o Município promova 153 soluções habitacionais, sendo 50 (cinquenta) fogos na modalidade de **reabilitação** habitacional, 97 (noventa e sete) na modalidade **construção** e 6 (seis) fogos sob a forma de **aquisição**. As outras soluções habitacionais (535-quinhetas e trinta e cinco) serão da iniciativa dos beneficiários diretos (famílias), através de candidatura individual.

A estimativa total de investimento da ELH de Terras de Bouro está calculada em 77.503.800,00 € (setenta e sete milhões, quinhentos e três mil e oitocentos Euros). Para a execução das 153 soluções habitacionais promovidas pelo Município será celebrado Acordo de Colaboração com o IHRU, prevendo-se um investimento total de 17.021.400,00 € (dezassete milhões, vinte e um mil e quatrocentos Euros).-----
O senhor Presidente perguntou se “as famílias terão oportunidade, através deste programa, de efetuar reparações nas suas habitações”. O senhor Eng.^o respondeu que sim.-----

Prosseguindo, o senhor Eng.^o Álvaro referiu que há 573 (quinhentos e setenta e três) alojamentos vagos, o que poderá constituir um grande potencial de resposta habitacional, no futuro.-----

De acordo com o cronograma construtivo para o período de 2022 (dois mil e vinte e dois) a 2026 (dois mil e vinte e seis), está programado responder a 54 (cinquenta e quatro) situações no ano corrente, 200 (duzentas) em 2023 (dois mil e vinte e três), 244 (duzentos e quarenta e quatro) em 2024 (dois mil e vinte e quatro) e 190 (cento e noventa) em 2025, perfazendo um total de 688 (seiscentos e oitenta e oito) respostas a casos com o devido enquadramento.-----

O senhor Eng.^o Álvaro considerou este número muito elevado, referindo que não foi verificado se as famílias preenchem os requisitos, pois, de acordo com o que está atualmente regulamentado, não são elegíveis famílias ou municípios que tenham mais de

oito mil Euros em depósitos bancários. Igualmente, opinou “que este critério é muito restritivo e que, é de crer, que venha a ser alterado”.-----

O senhor Presidente tomou, então, a palavra para defender este valor que, “sendo muito semelhante ao da cidade de Braga, procurará responder a situações absolutamente diferentes, numa realidade que não é comparável ao meio urbano.-----

O que nós queremos é deixar a porta aberta para que os nossos munícipes se possam candidatar. As pessoas têm direito ou não têm direito.-----

Não tínhamos ideia que o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) pudesse trazer estas oportunidades e isto permite-nos fazer um investimento anual razoável e resolver situações de habitação indigna. Há quatro anos avançamos com o Regulamento “Habitação Condigna”, que já resolveu muitos problemas e representou um esforço financeiro significativo para o Município. Mas, esta oportunidade vem contribuir para criar uma dinâmica maior na área da habitação e pôr a economia a funcionar.-----

Este é um processo que nos trará muito trabalho. Muito trabalho de arquitetura e muito trabalho para ajudar os munícipes.-----

O trabalho de casa está feito, só teremos que completar o processo”.-----

Depois desta intervenção, o senhor Presidente agradeceu, mais uma vez, ao senhor Eng.º Álvaro Santos e ao Eng.º Miguel Teixeira a sua presença, o trabalho e as informações prestadas, dispensando-os, em seguida, de continuarem na reunião.-----

Prosseguindo, o senhor Presidente transmitiu aos senhores vereadores que a próxima reunião do Executivo, que estava marcada para o dia 31 (trinta e um) de agosto, é antecipada para o dia 24 (vinte e quatro), para haver tempo para tramitar o processo de candidatura da ELH de Terras de Bouro ao IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana).-----

Seguidamente, transmitiu aos senhores vereadores a sua convicção sobre a Estratégia Local de Habitação para Terras de Bouro, tendo dito:-----

“O Executivo Municipal em 2018 iniciou vários projetos, tendo implementado o Regulamento Municipal de Concessão de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade-Habitação Condigna. Já mais tarde, iniciou a proposta da Estratégia Local de Habitação (ELH) do Município de Terras de Bouro, que permitirá investir, ao longo de seis anos, na área da Habitação. O objetivo é chegar a 2026 com uma situação habitacional em que todas as pessoas do concelho disponham de uma casa com dignidade.-----

Este sempre foi o nosso objetivo desde a primeira hora! Terras de Bouro é um Concelho envelhecido, com poucos recursos financeiros, em que a ausência do apoio da família foi notória e que as respostas públicas foram escasseando.-----

A Estratégia Local de Habitação do Município de Terras de Bouro resulta de um trabalho profundo, desenvolvido em conjunto com todas as Juntas de Freguesia e IPSS’s, no sentido de que os respetivos Presidentes pudessem identificar as necessidades das suas freguesias, verificar e comunicar as diversas situações de vulnerabilidade. A estes contactos juntou-se toda a informação e colaboração disponibilizada pela área da Ação Social do Município, através da Dr.ª Liliana, Dr.ª Benvinda, Eng.º Isaac Santos e demais técnicos Municipais. -----

A ELH tem por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à

habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização.-----

A Câmara Municipal submeteu uma candidatura ao IHRU, no sentido de lhe ser facultado financiamento para o apoio técnico na elaboração da sua Estratégia Local de Habitação. O documento estratégico foi, posteriormente, desenvolvido por um gabinete especializado (Agenda Urbana-Estudos e Consultoria, Lda.), em colaboração com o Município, e que será, então, apresentado à Reunião de Câmara a 24.08.2022.-----

A Estratégia Local de Habitação do Município de Terras de Bouro, após aprovação pelo Executivo Municipal, será, posteriormente, submetida à aprovação da Assembleia Municipal. Segue-se a submissão ao IHRU para efeitos de aprovação, de celebração do Acordo de Colaboração e de apresentação de candidatura ao Programa 1º Direito-Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.-----

O Programa 1º Direito visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivam em condições habitacionais indignas e que não disponham de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.-----

Para além de elaborar a ELH, cabe ao Município de Terras de Bouro monitorizar e avaliar a sua implementação, concretizar as ações de que é responsável na ELH de Terras de Bouro como promotor direto das soluções habitacionais ou quaisquer outras matérias da sua competência aí previstas, dar parecer relativo à concordância com a ELH de qualquer solução habitacional a candidatar-se ao apoio do 1.º Direito, mesmo que o Município não seja promotor da mesma, e tem um horizonte temporal de 5 anos (2022/2026) para dar resposta às situações habitacionais indignas.-----

A Estratégica foca-se nas seguintes carências identificadas: precariedade, insalubridade e insegurança, sobrelotação, inadequação por incompatibilidades das condições da habitação com características específicas das pessoas que nela habitam como os casos de pessoas com incapacidade ou deficiência.-----

A ELH considera a totalidade do parque habitacional público e privado para a identificação de carências habitacionais e sistematização dos recursos imobiliários passíveis de mobilização na programação de novas soluções habitacionais; considera construções não licenciadas ou outras formas de alojamento precário ou improvisado; permite criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano; prevê o apoio a um amplo conjunto de soluções habitacionais, nomeadamente, em primeiro lugar, arrendamento de habitações para subarrendamento, reabilitação de frações ou de prédios habitacionais, construção de prédios ou empreendimentos habitacionais, aquisição de frações ou prédios para habitação; e aquisição de terrenos destinados à construção de prédios ou de empreendimento habitacional.-----

Através do 1º Direito a ELH pretende garantir o acesso de todas as famílias residentes no concelho a uma habitação condigna e a preços acessíveis/adequados às possibilidades de cada agregado familiar, apostando em soluções habitacionais diversificadas e sustentáveis. Assim e no que diz respeito ao parque habitacional da Câmara Municipal, por um lado será possível requalificar e beneficiar os edifícios municipais efetos à habitação, como as ex-escolas primárias, casas florestais, prédios devolutos e, por outro lado, aumentar o atual número de fogos, através da aquisição de novas habitações.

Este é um documento muito importante e estratégico para o Município de Terras de Bouro, mas não fechado, que identifica os problemas e indica os caminhos a seguir para os erradicar.-----

Agradeço o trabalho desenvolvido através desta Estratégia, pois o Município de Terras de Bouro, conforme referido na apresentação do Eng.º Álvaro Santos, pretende reabilitar 50 habitações, construir 97 e adquirir 6 (seis) fogos, ou seja, um total de 153 habitações. Adicionando as soluções habitacionais promovidas pelos beneficiários diretos, ao todo prevê-se o apoio a 688 agregados familiares, sendo abrangidas 1682 pessoas.-----

O objetivo principal é erradicar as casas indignas do nosso Concelho, mas também há mais dois grandes objetivos a considerar, como seja o de criar condições para atrair mais famílias e fixar jovens, disponibilizando casas com boas condições a preços acessíveis.-----

Poderemos agora, através da definição de uma estratégia de intervenção global e rigorosa, intervir de forma clara e consequente num dos Direitos fundamentais: o direito à habitação condigna, de forma transparente e simples.-----

É um momento histórico e muito importante para Terras de Bouro, que marcará o seu futuro nos próximos anos: levar a cabo uma estratégia de desenvolvimento, que muito me orgulha e que orgulhará a todos os envolvidos no desenvolvimento deste Concelho”.-----

Finalizando esta intervenção, o senhor Presidente informou os senhores vereadores que teve uma reunião com a presidente do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e que esta lhe disse que “ a ELH de Terras de Bouro está em conformidade”.---

Perguntou, depois, aos senhores vereadores se queriam usar da palavra.-----

O senhor vice-Presidente pediu a palavra para questionar se “o Porto Canal veio ao S. Bento da Porta Aberta e às festas concelhias (corrida de cavalos), conforme consta na ata da última reunião”.-----

O senhor Presidente respondeu que aquele Canal não chegou a estar presente nas festas referidas, por qualquer impedimento, mas que não faltarão oportunidades.-----

Continuando, o senhor Presidente informou os senhores vereadores das ocorrências e atividades desenvolvidas desde a última reunião, assim disse:-----

- Que na próxima reunião serão apresentadas as contas das festas concelhias.-----

- O documento Estratégia Local de Habitação para o Município de Terras de Bouro, que foi apresentado nesta reunião, fará parte da ordem de trabalhos da próxima reunião do dia 24 (vinte e quatro) de agosto, a fim de ser discutido e votado.-----

- Foi assinado o contrato para adjudicação das obras da Praia do Alqueirão, em Vilar da Veiga.-----
- No dia 19 (dezanove) de agosto será feita a inauguração do Parque da Assureira (Parque do Banco do Ramalho), na freguesia do Vilar da Veiga, com a presença da senhora Diretora Regional do Norte do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), Arquitecta Sandra Sarmento, e o senhor vice-Presidente da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), Eng.º Pimenta Machado.-----
- Têm ocorrido muitos constrangimentos com a falta de água devido à seca. Os problemas maiores ocorreram no Vale do Homem, tendo no Vale do Cávado e na Ermida havido normalidade de abastecimento. Precisamos de mais investimento na água, disse o senhor Presidente, sendo de realçar e agradecer toda a disponibilidade e a colaboração da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro que, com os meios adequados, repuseram as carências verificadas nos sistemas de abastecimento de água.-----
- A água, a limpeza e o lixo são áreas de intervenção prioritária e de acompanhamento permanente no período de verão, havendo a informação que está a correr bem, apesar da recolha do lixo estar a ser feita por uma empresa nova.-----
- A afluência de turistas é inferior aos últimos dois anos, mas isso já era expectável.-----
- As obras na estrada de Gondoriz – Cibões – Brufe estão paradas, por férias, durante duas semanas.
- A TVI irá efetuar gravações para o programa Festa é Festa no nosso Concelho, mais concretamente no Gerês e em Moimenta.-----
- A assinatura do Tratado de Fronteiras entre Portugal e Espanha vai ocorrer no dia 18 (dezoito) de agosto, em Espanha.-----
- Que o senhor Diretor da DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares do Norte) foi substituído, passando a exercer esse cargo o senhor Dr. Luís Carlos Lobo, que já fez a sua apresentação formal a esta Câmara Municipal através de um e-mail datado de 16 (dezasseis) de agosto p.p.-----
- Que o programa Férias Cá Dentro, transmitido da Praia do Alqueirão – Vilar da Veiga, pela RTP (Rádio e Televisão de Portugal) e RTP Internacional, foi um sucesso, tendo constituído um atrativo e uma promoção extraordinária dos agentes de desenvolvimento local, nas várias áreas e das potencialidades turísticas do nosso Concelho.-----
- Foram assinados os contratos para as obras de requalificação dos Espaços de Recreio e Lazer de Vilar, Gondoriz e Chamoim.-----
- Idem para a requalificação urbana das Termas de Moimenta.-----
- Vai ser lançado o concurso para execução da Ecovia de Souto.-----

- No dia 16 (dezaséis) de agosto realizou-se uma reunião no Salão Nobre dos Paços do Concelho com os senhores padres do Arciprestado de Terras de Bouro e outros elementos que integram a organização Diocesana de acolhimento a jovens que pretendam participar nas Jornadas Mundiais de Juventude, que decorrem de 1 (um) a 6 (seis) de agosto de 2023 (dois mil e vinte e três) na cidade de Lisboa.-----
Esta reunião teve por finalidade preparar o acolhimento a jovens no nosso Concelho, estando previsto receber 50 (cinquenta) jovens no Vale do Cávado e 50 (cinquenta) no Vale do Homem. A Diocese de Braga poderá receber entre 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) mil jovens.-----

- Estamos a cerca de dois meses do Dia do Município, que é 20 (vinte) de outubro, sendo necessário pensar naquele que será o programa comemorativo. Queria-mos condecorar ex-autarcas, instituições, associações e personalidades.-----
Já foi convidado o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Engº Carlos Moedas, e estamos a aguardar a sua resposta.-----

- Foi entregue um convite aos senhores vereadores para participação nas festas de Santa Eufémia, na Vila do Gerês. Este convite foi enviado pela Comissão de Festas.-----

Depois destas informações, o senhor Presidente perguntou aos senhores vereadores se queriam usar da palavra.-----

Pediu a palavra o senhor vice-Presidente Adelino Cunha, tendo exposto “que um operador turístico da praia do Alqueirão, em Vilar da Veiga, ocupou um espaço para além do que já utilizava naquela praia. Esta situação foi reportada ao Município e, tendo sido feita uma deslocação ao local, constatou-se que este operador turístico ocupava esse espaço porque lhe foi licenciado pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), sem que a Câmara fosse informada dessa licença”.-----

Ora, disse o senhor vice-Presidente “o que se passa é que não há um procedimento uniformizado, porque quando a IGAMAOT (Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) levantou um Auto ao Romain-Daniel Gonçalves Vasconcelos, na praia da Barca, e à Woterbise Ld^a, na praia do Alqueirão, não levantou aos outros.-----

A GNR (Guarda Nacional Republicana) ao ir lá, por uma questão de coerência, levantou autos a todos, tendo-os também mandado para o Município.-----

O Município decidiu que tudo o que está no domínio hídrico, abaixo do NPA (nível de pleno armazenamento), é da responsabilidade da APA e manda para a APA. Acima do NPA, que é o caso do Sr. Alexandre Pereira, a Câmara deu procedência, mas veio a saber que tinha tudo em ordem.-----

Outra situação é a do sobrinho dele, em que, tendo havido queixa, foi o auto levantado pela Câmara.”-----

Concluindo, disse o senhor vice-Presidente “tudo isto deve (deveria) ser articulado e informado à Câmara”.-----

Por fim, o senhor Presidente questionou se mais alguém desejava usar da palavra, o que não se verificou.-----

Sendo doze horas e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----

